



**PAUTA
PARA A 27ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 14 DE MARÇO DE 2016**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 5, de 2016, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a Lei Complementar nº 1.273, de 2015, que dispõe sobre o requisito de ingresso no cargo de Oficial de Justiça, e altera a Lei Complementar nº 1.111, de 2010, que institui o Plano de Cargos e Carreira dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 141, de 2016, de autoria do deputado Edmir Chedid. Declara a "Linguíça de Bragança Paulista" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

3 - Projeto de lei nº 142, de 2016, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Professora Ruth Bohac Vedovelho" à Escola do jardim das Nações, em Itatiba.

4 - Projeto de lei nº 143, de 2016, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dispõe sobre o uso compassivo da fosfoetanolamina sintética por parte de pacientes com câncer.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 131, de 2016, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Institui a campanha "Abril Marrom" de prevenção e combate às diversas espécies de cegueira no Estado.

2 - Projeto de lei nº 132, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a utilização de vagões de metrô e trens para exposição ininterrupta de fotos de pessoas desaparecidas no Estado.

3 - Projeto de lei nº 133, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a inserção, pelas empresas de tv a cabo ou por satélite, de mensagens audiovisuais na programação da tv do consumidor com conteúdo de cobrança por conta em aberto e ameaça de interrupção.

4 - Projeto de lei nº 134, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a colocação de selo indicativo de 30 dias para vencimento como alerta e comunicação aos consumidores da validade de alimentos.

5 - Projeto de lei nº 135, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia Internacional da Criança Desaparecida".

6 - Projeto de lei nº 136, de 2016, de autoria da deputada Analice Fernandes. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa "Tempo de Despertar".

7 - Projeto de lei nº 137, de 2016, de autoria do deputado Angelo Perugini. Dispõe sobre o embarque e desembarque de mulheres usuárias do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano.

8 - Projeto de lei nº 138, de 2016, de autoria do deputado Chico Sardelli. Altera a redação do artigo 51 e inclui o artigo 51-A na Lei nº 6.544, de 1989, que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica.

9 - Projeto de lei nº 139, de 2016, de autoria do deputado Chico Sardelli. Estabelece a obrigatoriedade do Poder Executivo no fornecimento de pulseira para doentes crônicos (Alzheimer, Parkinson, Epilepsia e outros), autistas, idosos, e qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade.

10 - Projeto de lei nº 140, de 2016, de autoria da deputada Rita Passos. Dá a denominação de "Professora Dorina de Gouvêa Nowill" à Escola Estadual 31 de Março, em Campinas.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 4, de 2016, de autoria do deputado Carlos Neder. Acrescenta novo parágrafo ao artigo 271 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 124, de 2016, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dá a denominação de "Prof. Dr. Segundo Carlos Lopes" à Escola Estadual do Jardim Icaraí, em Ibaté.

3 - Projeto de lei nº 125, de 2016, de autoria do deputado Carlos Neder. Dispõe sobre o envio de relatórios contendo informações de atendimento a ocorrências em acidentes rodoviários no transporte de produtos perigosos no Estado.

4 - Projeto de lei nº 126, de 2016, de autoria do deputado André Soares. Altera a Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

5 - Projeto de lei nº 127, de 2016, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dá a denominação de "Sargento PM Júlio César Zorzete de Almeida" ao Comando de Policiamento de Área do Interior - 9 (CPI-9), em Piracicaba.

6 - Projeto de lei nº 128, de 2016, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Autoriza o Poder Executivo a incluir educação no trânsito como atividade extracurricular aos alunos do ensino médio da rede pública estadual.

7 - Projeto de lei nº 129, de 2016, de autoria do deputado Ed Thomas. Inclui no Calendário Turístico do Estado o evento "Bernardes Folia", em Presidente Bernardes.

8 - Projeto de lei nº 130, de 2016, de autoria da deputada Ana do Carmo, da deputada Beth Sahão, da deputada Analice Fernandes, da deputada Maria Lúcia Amary, da deputada Vanessa Damo, da deputada Leci Brandão, da deputada Clélia Gomes. Dispõe sobre diretrizes visando a promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Estado.

9 - Moção nº 15, de 2016, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Apela para a Srª Presidente da República a fim de que determine ao Ministério das Comunicações, em conjunto com a Anatel, a elaboração de estudos e a adoção de providências a fim de que as prestadoras de telefonia móvel fiquem obrigadas a garantir a cobertura do sinal de seus serviços em 100% dos trechos de rodovias federais, estaduais e vicinais no Estado, inclusive em túneis.

4ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 3, de 2016, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a exigência de plano de saúde coletivo para a habilitação de empresa para participar de certame licitatório para a contratação de serviço ou

obra na Assembleia Legislativa.

2 - Projeto de lei Complementar nº 3, de 2016, de autoria do deputado Afonso Lobato. Inclui inciso ao artigo 1º da Lei Complementar nº 666, de 1991, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de tarifas de transporte às pessoas portadoras de deficiência.

3 - Projeto de lei nº 122, de 2016, de autoria do deputado Afonso Lobato. Revoga o § 6º do artigo 7º do Decreto-Lei nº 257, de 1970, que dispõe sobre a finalidade e organização básica do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE).

5ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 2, de 2016, de autoria da deputada Marcia Lia. Altera o § 2º do art. 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa (Resolução ALESP nº 576, de 1970, com alterações posteriores).

2 - Projeto de lei nº 115, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Classifica cidades que poderão integrar o circuito do Turismo Religioso no Estado e dá outras providências.

3 - Projeto de lei nº 116, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre a proibição da divulgação de publicidade de bens e serviços enviada por intermédio de e-mails não autorizados pelo detentor do endereço eletrônico.

4 - Projeto de lei nº 117, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre restrições à confecção, distribuição e comercialização de peças de uniformes, distintivos e insígnias da Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e do Sistema Penitenciário do Estado, e dá outras providências.

5 - Projeto de lei nº 118, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Declara de utilidade pública a Fanfarra Força da Águia, de Cosmópolis.

6 - Projeto de lei nº 119, de 2016, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Adelio Brumati" à Escola Estadual do Bairro do Pinus do Iriguassu, em Caçapava.

7 - Projeto de lei nº 120, de 2016, de autoria do deputado Marcos Damasio. Dispõe sobre a proibição do uso de pneus em estacionamentos ao ar livre como proteção de para-choques, e dá outras providências.

8 - Projeto de lei nº 121, de 2016, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Classifica Monte Alto como "Município de Interesse Turístico".

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 4, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Integra na Região Metropolitana de Sorocaba o Município de Itapetininga.

2 - Projeto de lei nº 123, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Altera as Leis nº 13.270, de 11 de dezembro de 2008, nº 14.790, de 25 de maio de 2012, e nº 15.857, de 2 de julho de 2015.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

1ª Sessão

Proposta de emenda nº 1, de 2016, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Léo Oliveira, do deputado José Zico Prado, do deputado Abelardo Camarinha, do deputado Antonio Salim Curiati, da deputada Ana do Carmo, da deputada Beth Sahão, do deputado Enio Tatto, do deputado Carlos Neder, do deputado Carlos Giannazi, do deputado Ed Thomas, do deputado Gilmaci Santos, do deputado Marcos Martins, do deputado Raul Marcelo, do deputado Alencar Santana Braga, do deputado Geraldo Cruz, do deputado João Paulo Rillo, do deputado Jooji Hato, da deputada Leci Brandão, do deputado Cezinha de Madureira, da deputada Clélia Gomes, do deputado Gil Lancaster, do deputado Luiz Fernando, do deputado Luiz Turco, da deputada Marcia Lia, do deputado Marcos Damasio, da deputada Marta Costa, do deputado Ricardo Madalena, do deputado Coronel Camilo, do deputado Teonilio Barba, do deputado Professor Auriel. Acrescenta inciso IX ao artigo 237 e acresce o artigo 243-A à Constituição do Estado.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º

do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Moção nº 61, de 2015, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr.. Aplauda o ator e diretor Wagner Moura em reconhecimento a sua relevante atuação em defesa dos direitos humanos, em especial pela justa nomeação como embaixador na luta contra o trabalho escravo pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

2 - Moção nº 99, de 2015, de autoria do deputado Celso Nascimento. Manifesta apoio à proposta da Federação das APAEs do Estado de São Paulo (FEAPAES-SP) pela iniciativa da campanha " Setembro Verde", para marcar o mês oficial da inclusão da pessoa com deficiência no Estado.

3 - Moção nº 113, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Apela para a Sra. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Justiça e ao Sr. Governador do Estado a fim de empreenderem esforços para a efetivação de políticas públicas destinadas a apoio, atenção e atendimento aos refugiados.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1184, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Alvarina Ana Machiaveli" à passarela localizada no km 77+680m da Rodovia Eng. Constâncio Cintra - SP 360, em Itatiba.

2 - Projeto de lei nº 1312, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia Estadual da Equoterapia".

3 - Projeto de lei nº 1416, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia Estadual da Saúde do Homem".

4 - Projeto de lei nº 1441, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia do Motoboy".

5 - Projeto de lei nº 1475, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 15.925, de 2015, que dá denominação à passarela que especifica.

6 - Moção nº 101, de 2015, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para o Sr. Ministro de Estado das Cidades e para todos os demais Poderes da União, Estados e dos Municípios a fim de que tomem medidas mais assertivas, conscientes e menos pesarosas aos cidadãos, através dos quais fomos eleitos

para defender, fiscalizar, legislar e governar a seu favor.

7 - Moção nº 153, de 2015, de autoria do deputado Welson Gasparini. Apela para a Sra. Presidente da República para que determine aos órgãos competentes, em especial ao Ministro da Saúde, Sr. Marcelo Castro, e ao Diretor Presidente da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Sr. Jarbas Barbosa, que envidem esforços para que o fármaco Fosfoetanolamina Sintética seja regulamentado pela ANVISA, podendo assim ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo de pacientes com câncer.